Relatório do *Workshop*

Eco-inovação e compras públicas em mercados da fileira Habitat

- Boas práticas e instrumentos de política

Dezembro 2014

Nota introdutória

O projeto ECOPOL, como modelo original de parceria europeia com vista à construção e aumento de escala de política pública para o suporte à Eco-inovação, permitiu realizar um *Workshop* sobre uma temática desafiante e determinante para a produção de políticas e de instrumentos nacionais de políticas dirigidas às práticas de contratação pública como indutor de padrões de consumo ecológico e motor de penetração de soluções eco-inovadoras no mercado.

Consideramos ter sido possível produzir uma discussão alargada, com a participação de peritos nacionais e internacionais, onde houve a oportunidade de analisar resultados da implementação de práticas e instrumentos de política, bem como projetar necessidades para acompanhar as lacunas de política pública que os desafios à sustentabilidade e à aproximação entre a oferta e a procura colocarão num futuro próximo.

Temos a convicção que a apresentação deste relatório nesta data, teve o benefício de poder incluir uma seção onde foram incluídos desenvolvimentos recentes, que consideramos relevantes para garantir uma leitura atual do conjunto vasto de conclusões produzidas e das recomendações propostas.

Convidamos-vos agora a inteirarem-se em detalhe desta discussão, lendo o documento.

Nota de realização:

Este relatório foi realizado, no âmbito das atividades do projeto "**ECOPOL –** ***Public innovation partnership for better policies and instruments in support of eco - innovation***", e contou com a colaboração de:
Ana Paula Duarte (LNEG, I.P.)
Armando Silva Afonso (cluster Habitat Sustentável)
Carla Aurélia Gonçalves (APA, I.P.)
Clara Lopes (APA, I.P.)
Isabel Moura (APA, I.P.)
Luís Ferreira (AdI, S.A)
Paula Trindade (LNEG, I.P.)
Victor Ferreira (cluster Habitat Sustentável)

Enquadramento 4
Programa 6
Resumo do *Workshop* 8
Conclusões 15
Recomendações 21
Quadro resumo: Articulação das conclusões com a proposta de recomendações 26
Desenvolvimentos recentes 29
Anexos 32
Apêndice 33

Relatório

Enquadramento

Este *Workshop* inseriu-se no âmbito das atividades do projeto "**ECOPOL – *Public innovation partnership for better policies and instruments in support of eco - innovation*"**. O projeto, formalmente terminado em 31 de Março de 2014, teve por missão promover a cooperação transnacional no desenvolvimento e implementação de melhores políticas e instrumentos de eco-inovação. O enfoque do projeto foram os domínios das "Compras públicas ecológicas" (enquanto importante instrumento do lado da procura), "Gestão de resíduos e reciclagem" (como setor com uma muito elevada pegada de CO_2 e elevado potencial para a criação de negócios) e "Internacionalização de PME's eco-inovadoras" (como meio de aumentar a produtividade pelo alargamento de mercados para os eco-inovadores).

A participação de Portugal (PT) efetivou-se através de dois parceiros, a Agência de Inovação, S.A. e pela Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. No sentido de garantir a melhor articulação das competências de outras entidades em matéria de políticas públicas, esta participação contou ainda a nível nacional com a colaboração de peritos da Direção Geral das Atividades Económicas, do Laboratório Nacional de Energia e Geologia, I.P., da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E. e da Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P.[1]. Uma descrição mais completa do projeto poderá ser obtida na respetiva página *internet*[2].

O *Workshop* "Eco-inovação e compras públicas em mercados da fileira Habitat - Boas práticas e instrumentos de política" foi uma iniciativa do grupo de trabalho (GT) Português de "Compras Públicas Ecológicas" em estreita colaboração com a Plataforma para a Construção Sustentável, enquanto entidade gestora do Cluster Habitat Sustentável[3] em Portugal. Surgiu da reflexão sobre os resultados obtidos na identificação de boas práticas e análise de lacunas nacionais e, no seguimento da experiência PT para a ação-piloto ECOPOL para um repositório europeu de produtos de construção ecológicos, da consolidação obtida no Workshop ECOPOL de Setembro de 2013 quanto à relevância da 'fileira habitat' como um dos fluxos de materiais com maior potencial de contributo para a eficiência material da economia Portuguesa.

Os resultados desta reflexão evidenciaram que em Portugal a maior parte das práticas de procura pública não promovem a adoção antecipada de novos produtos/serviços, não estando a contratação pública (ecológica ou de inovação) a servir de estímulo a ofertas de desempenho ambiental diferenciado, reforçando a necessidade em aproximar as políticas para compras públicas das que promovem a melhor eficiência do consumo por parte da sociedade, e perceber como esta aproximação poderá constituir-se num *driver* de eco-inovação.

Este foi o enquadramento que motivou a proposta de realização deste *Workshop* e que pretendeu criar uma base de reflexão alargada para atingir os seguintes objetivos:

---

[1] De ora em diante as entidades mencionadas serão respetivamente designadas por AdI, APA, DGAE, LNEG, AICEP e eSPap.
[2] http://www.ecopol-project.eu/
[3] http://www.centrohabitat.pt

- Discutir o que qualifica uma oferta sustentável de produtos & serviços da fileira habitat em Portugal e, em particular, como contribuem para os motores da eficiência material da nossa economia.
- Discutir a efetividade das práticas em Portugal de promoção da sustentabilidade da oferta e da eficiência do consumo, da contribuição das compras públicas no sentido da eco-inovação, nomeadamente, na fileira Habitat (obras públicas e materiais afins).
- Discutir as orientações para compras públicas para um consumo sustentável, os critérios de seleção das compras públicas ecológicas e ainda como estimular um mercado para uma oferta sustentável.
- Avaliar o interesse de práticas do ECOPOL e a oportunidade de preencher as lacunas em Portugal, nesta matéria.
- Analisar o eventual conflito entre práticas que promovem o aumento da oferta e da procura em produtos eco-inovadores da fileira habitat e a sua receptividade no âmbito do enquadramento legal e normativo aplicável.
- Produzir um conjunto de recomendações para o ECOPOL, no âmbito da atividade do grupo de trabalho (GT) Português de "Compras Públicas Ecológicas", através da tarefa do projeto "Preparação de implementações conjuntas de instrumentos do lado da procura".

Na preparação que antecedeu este *Workshop* foi elaborado, por um grupo de peritos das entidades APA, AdI, LNEG e Cluster Habitat Sustentável, um documento de suporte base (DSB) que descreve de forma sumária informação que foi considerada relevante harmonizar entre os participantes. O DSB, apêndice a este relatório, foi um documento que pretendeu fazer uma breve descrição sobre o *status quo* nacional em matéria de promoção de eficiência no consumo, nomeadamente através dos sistemas de compras públicas, e da oferta sustentável da fileira habitat, efetividade das práticas existentes, lacunas, e pontos fortes e fracos dos "modelos" para compras de inovação. Descreve ainda práticas e políticas nesta matéria consideradas de interesse ter como referência pelo consórcio ECOPOL e, com vista a suscitar o debate, reúne ao longo de cada capítulo um conjunto de 18 questões a serem discutidas e respondidas no decorrer do evento.

O grupo de participantes convidados foi selecionado de entre personalidades de reconhecido mérito para as matérias a discutir. A preparação da participação foi feita de forma personalizada com cada um dos participantes e, com cada orador, discutidos os termos de referência para a sua intervenção tendo em vista os objetivos que se pretendiam alcançar com o debate a promover através de grupos de trabalho temáticos e a produção de recomendações. A distribuição dos participantes por grupo de trabalho, e de 13 questões selecionadas das 18 iniciais por serem consideradas foco face ao *status* temático identificado, foi concluída e a agenda consolidada (ver secção "Programa").

O presente relatório pretende concluir este percurso de reflexão sobre a "Eco-inovação e compras públicas em mercados da fileira Habitat - Boas práticas e instrumentos de política" e, como documento que reúne os resultados do *Workshop*, integra as observações feitas pelos participantes e transmite as principais conclusões e recomendações produzidas durante o *Workshop*.

Programa

09:00/0	**Actividade**	**Quem:**
15’	Abertura	**Presidentes da APA e AdI**
5´	Apresentação participantes	**Todos**
10’	DSB Apresentação I: Centrar os conteúdos relevantes do DSB do período da manhã.	**Parceiros core do ECOPOL**
15’	A eco-inovação na estratégia do *cluster* Habitat em Portugal	**Victor Ferreira**, Plataforma Construção Sustentável, PT
15’	Inovação em compras (eco) de produtos da construção – que oferta esperar sem uma procura orientada	**António Lopes do Rego**, especialista de climatização e auditor energético, AR projectos, PT
15’	Arquitectura e Sustentabilidade: o caso do Centro de Educação Ambiental de Torres Vedras	**Tiago Baptista**, Câmara Municipal de Torres Vedras, PT
10:15/10’	**Discussão / Café volante**	
15’	Estimular eco-inovação no sector da construção – experiência ECOPOL para um repositório Europeu	**Sascha Flesh**, LandesEnergieVerein Steiermark (LEV), AT **Clara Lopes**, APA, PT
15’	Baubook: uma ferramenta para Seleção de Produtos Ambientais	**Sascha Flesh,** LEV, em representação de **Baubook Platform Management**, AT
15’	Ecodesign de produto – experiência Portuguesa com INEDIC	**Cristina Rocha,** LNEG, PT
20’	Formas de melhorar a aplicação da Directiva Ecodesign - Top Runner japonês como exemplo	**Carl Dalhammar**, International Institute for Industrial Environmental Economics (IIIEE) Lund University, SE
15’	**Discussão**	
11:50/15’	**Intervalo Café**	
15’	Compras públicas eco-inovadoras – experiência Portuguesa	**Paula Trindade**, LNEG, PT
15’	A experiência SP de um escritório sustentável - como a reutilização faz pensar novo	**Kajsa Winnes**, SP Technical Research Institute of Sweden, Energy Technology, Section for Systems Analysis
12:30/30’	**Discussão**	
13:00	**Almoço**	
14.30	**Actividade**	**Quem:**
20’	DSB Apresentação II: Centrar os conteúdos relevantes do DSB do período da tarde, e lançamento das actividades da tarde.	**Parceiros core do ECOPOL**
14:50/ 60’	Debate de Práticas e Políticas em **grupos de trabalho** 1, 2 e 3: **1- Orientações para uma maior eficiência das compras públicas sustentáveis;** **2- Eficiência dos critérios de selecção para as compras públicas ecológicas;** **3- Como estimular um mercado de oferta sustentável na fileira Habitat**	Participantes dividem-se em três grupos de trabalho e centram-se entre outros aspectos, nas questões específicas que o WS identificou previamente como interessantes para reflexão.
10’	**Café + preparação apresentação conclusões**	
16:00/ 30’	Mesa redonda	O grupo de participantes volta a sentar-se em torno da mesa principal para partilhar e discutir as conclusões dos debates dos grupos de trabalho.
16:30/30’	Recomendações para ECOPOL-PT	O grupo de trabalho “destila” um conjunto de recomendações para o ECOPOL_PT
17:00	Encerramento	**Presidente do Cluster Habitat Sustentável**

Questões a explorar em cada mesa de trabalho:

GT1: Orientações para uma maior eficiência das compras públicas sustentáveis
1) Que mecanismos de apoio /modelos de financiamento poderiam promover as compras para a eco-inovação (gestão de risco)? Que tipos de ferramentas poderão suportar o comprador público na minimização do risco? Há programas em execução (ECO.AP, Polis, Parque Escolar, outros) que possam induzir compra de eco-inovação (CPE/CPI)?
2) Qual a relevância da existência duma ENCPE? Que instrumentos e/ou ferramentas alternativos podem figurar como promotores de compras eco-inovadoras (CPE/CPI) pela Administração Pública?
3) Como pode o Sistema Nacional de Compras Públicas possibilitar /promover as compras para a eco-inovação? Que questões legais afetam as compras para a eco-inovação? Propostas para as ultrapassar ❖ Quais os graus de liberdade do prescritor público no âmbito da fileira habitat?
4) Que tipos de produtos/serviços considera mais eco-inovadores? Como é que o comprador público pode potenciar a internacionalização de empresas portuguesas?
GT2: Eficiência dos critérios de selecção para as compras públicas ecológicas
1) Que tipos de produtos/serviços da fileira considera mais eco-inovadores e com possibilidades de internacionalização? Que tipo de prescrições nas atuais especificações dos cadernos de encargos limitam a eco-inovação?
2) Qual a utilidade dum instrumento tipo repositório para estímulo da oferta à comunicação do desempenho ambiental dos produtos & serviços ao consumidor? Os rótulos ambientais são ajuda?
3) Que sinergias promover entre sistemas de certificação de produtos e serviços (eco) para aumento da oferta para CPE?
4) Como pode o ECO.AP possibilitar/promover CPE/CPI da fileira habitat? Qual o benefício que poderia obter com a associação a uma ferramenta tipo baubook?
GT3: Como estimular um mercado de oferta sustentável na fileira Habitat
1) Face a uma aquisição pública indutora de eco-inovação, como reage a oferta? É oportunidade para fomento de I&D+i? Exemplos?
2) O desenvolvimento de soluções eco-inovadoras coloca risco para a oferta? Pode haver um mecanismo de partilha de risco no desenvolvimento de soluções eco-inovadoras?
3) Que oportunidades e barreiras identifica na oferta da fileira habitat para o desenvolvimento de soluções eco-inovadoras?
4) Qual a perspetiva da oferta quanto ao contributo potencial da Diretiva Ecodesign, DAP, rótulos ambientais e valorização de resíduos/incorporação como matérias-primas secundárias na oferta eco?
5) Podem instrumentos tipo *baubook* e *top-runner* ter expressão a uma escala nacional ou local?

Resumo do *Workshop*

O *Workshop* "Eco-inovação e compras públicas em mercados da fileira Habitat - Boas práticas e instrumentos de política" decorreu no dia 5 de Dezembro de 2013, teve lugar no Teatro Thalia, Palácio das Laranjeiras, em Lisboa e contou com a participação de um grupo selecionado de 38 pessoas (ver lista de participantes e notas biográficas em anexo).

De acordo com a agenda proposta, o *Workshop* foi organizado em duas partes, manhã (Parte A) e tarde (Parte B). A abertura dos trabalhos contou com uma apresentação de boas vindas do Presidente da APA e do Vice-Presidente da AdI.

Parte A – Manhã

Os trabalhos desta sessão foram presididos por Clara Lopes, da APA. Neste período da manhã pretendeu-se dar relevo às matérias mais pertinentes já lançadas e abordadas no DSB, através da intervenção de nove oradores nacionais e internacionais, no sentido de aprofundar e dar início a uma discussão alargada e dirigida aos objetivos definidos para o *Workshop.*

O primeiro orador, **Victor Ferreira**, reforçou o valor agregador para a eco-inovação do *cluster* Habitat, como plataforma da cadeia de valor da construção (extracção, transformação, planeamento urbanístico, projeto/construção) que tem a sustentabilidade como fator dinâmico duma estratégia de eficiência coletiva para o mercado nacional. Constituindo-se como plataforma de interessados (os associados) orientada à partilha do conhecimento (comunicação e informação) e do seu desenvolvimento, atua em contexto de reconhecimento internacional (promoção da inovação e competitividade) da fileira Habitat, ela própria agregadora de duas grandes sub-fileiras: a dos materiais de construção (incluindo produtos acessórios, bens e equipamentos) e a da atividade de construção propriamente dita (incluindo os serviços de arquitetura e engenharia). Perspetivando o desenvolvimento de materiais, soluções e tecnologias de construção sustentável/acções de reabilitação/ conservação e qualificação do património construído, o *cluster* vem desenvolvendo atividades de acompanhamento das evoluções para a sustentabilidade no mercado internacional (projetos inovadores para o desenvolvimento de produtos, processos e serviços na fileira). Destacou, de entre as iniciativas até à data desenvolvidas (2009-2013), o programa de registo de declarações ambientais de produtos da fileira do habitat (DAPhabitat), que considera ter valor acrescentado para a construção sustentável em Portugal uma vez que disponibiliza suporte aos fabricantes nacionais na preparação de resposta à nova regulamentação UE sobre informação ambiental dos produtos (indicadores de saída de impactes ambientais e de entrada/saída de fluxos materiais e de energia) e, em simultâneo, promove o autoconhecimento dos pontos fracos/fortes dos seus produtos face ao Mercado Único. Abrindo a oportunidade de ganho de consciência quanto ao posicionamento relativo em termos de competitividade, com necessidades identificadas de incorporação de conhecimento e eco-inovação permanente em toda a cadeia de valor da oferta, as DAP podem, no quadro do programa de oportunidades H2020 criadas para o período 2014-2020 em matéria de uso eficiente de recursos, servir como ferramenta de suporte ao desenvolvimento de atuação estratégica por parte das empresas. Considerando que os 3 maiores contributos para o volume de negócios no exterior são

oriundos dos setores Construção, Comércio de Materiais de Construção e Equipamentos, e Serviços de Engenharia e Arquitetura (em 2009 representando um total de 8.7 mil milhões de euros), a incorporação dos conceitos adstritos à Sustentabilidade na fileira para atuação estratégica poderá induzir elevado potencial de ganho a nível de eficiência material na economia nacional ("uso eficiente de recursos" e "ecodesign") funcionando, de *per se*, como motor de eco-inovação.

António Lopes do Rego, partindo da sua experiência de fornecimento de projetos a entidades públicas refletiu sobre oportunidades e barreiras à "Inovação em compras (eco) de produtos da construção – que oferta esperar sem uma procura orientada" através da análise de metodologias de "Procura e Oferta na vertente das Instalações Sustentáveis" em uso. Realçou a importância em o dono da obra adotar, na fase inicial de um processo de aquisição, um modelo robusto para a seleção da equipa de projeto como método de salvaguarda (ecológica/sustentável) da execução do contratado (pelo menos até à fase de comissionamento). Para tal recomenda um objeto definido (programa de concurso) por: (1) critérios de sustentabilidade alinhados com sistemas de certificação reconhecidos; (2) normas funcionais (não prescritivas) que abram espaço à apresentação de soluções criativas e competitivas por parte do fornecedor (valorizar a sustentabilidade do investimento global do empreendimento e não o preço); (3) envolvimento da equipa de projeto na monitorização (fiscalização técnica da obra). Concluiu alertando para a necessidade da oferta investir na qualidade do desempenho das equipas de projeto (o papel do Arquiteto) e da procura desenvolver recetividade a propostas inovadoras (o papel do Dono da Obra). Como exemplo de boa prática referiu a experiência para a 'conceção de ventilação e climatização do Centro Escolar de Fonte de Angeão/Vagos', cujo caderno de encargos e modelo de acompanhamento para conceção/execução (processo de interação entre equipa de projeto, dono da obra e utilizadores finais) permitiu a evolução das opções tomadas ao longo da execução alcançar uma solução final que, em relação ao projetado e com o investimento inicialmente previsto, duplicou a energia disponível para o Centro. Foi ainda sinalizado que este modelo de execução só foi possível por não estar integrado no Programa de Modernização do Parque Escolar, de modelo demasiado prescritivo.

Tiago Baptista, pelo seu lado, prosseguiu na 'ideia de projeto responsável' expondo a sua experiência de conceção do Centro de Educação Ambiental de Torres Vedras, cujo ponto de partida era a inclusão de critérios ambientais. Assente num olhar de construção sustentável não limitado à gestão de condicionantes (programa, orçamento, legislação) e, tentativamente, no quadro do que designa por 'cultura arquitectónica de um tempo, o projeto final conseguiu alcançar opções ambientais (técnicas de construção, materiais a empregar e equipamentos a implementar) que excederam as premissas do projeto-piloto de referência – o GreenMed[4]. Para além disso, esta experiência permite-lhe afirmar que *com um projeto rigoroso e com um controle minucioso da obra é possível introduzir sistemas passivos e ativos sustentáveis numa obra pública, mantendo os preços da construção corrente*. Como fator de relevo adicionais realçou as sinergias de valor desenvolvidas, já na fase de execução, por recurso a suporte complementar em projetos de especialidades, nomeadamente: (1) o modelo de fiscalização,

[4] http://repositorio.lneg.pt/handle/10400.9/807

LíderA[5], para a procura conjunta de soluções económicas que mantivessem o desempenho ambiental das propostas originais e possibilitassem a recusa de soluções alternativas de menor desempenho ambiental propostas pelo empreiteiro; (2) a diferenciação positiva do projeto ZeroWin[6], para em sede de concurso procurar soluções optimizadas para o uso de recursos. Como aprendizagens-chave para situações futuras sinaliza: adotar cadernos de encargos que explicitem as especificações ambientais a cumprir em fase de obra e o desempenho ambiental exigido para os materiais e processos construtivos; explorar sinergias com projetos que possibilitem equacionar a adoção (ou experimentação) de soluções inovadoras.

Sascha Flesch introduziu a experiência ECOPOL para um repositório Europeu de produtos da construção, como abordagem para ensaio de transferência de boas práticas de políticas de estímulo à eco-inovação (lado da procura). A experiência, orientar procura pública de nível europeu para os tópicos compras públicas ecológicas (GPP) e gestão de resíduos e reciclagem (W&R), revelou-se desafiadora por identificar diferentes práticas nacionais (perceção de 'ecológico' e critérios em uso) e sem uma resposta harmonizada com o quadro de critérios europeus de referência – o GPPToolkit[7]. Apesar disso permitiu reunir cerca de 100 produtos que, em abordagens heterogéneas e por diferentes vias de demonstração de conformidade (de diferentes níveis de confiança), respondem aos critérios europeus para compras públicas ecológicas (fundamentais e complementares). **Clara Lopes** completou a informação relatando a abordagem própria aplicada por Portugal (projeto ECOPOL vs projeto dapHabitat), sem critérios nacionais em uso: amostra de 'fabricantes/produtos' selecionada das bases de informação de sistemas certificados (rótulo ecológico, EMAS, ISO14001, dapHabitat) e 'demonstração de conformidade' via modelo colaborativo (entidades públicas competentes e fabricantes, seleccionados). Os produtos PT incluídos no repositório ECOPOL foram sinalizados, sendo que a maior parte dos comprovativos apresentados, apesar de evidenciarem a conformidade com os requisitos só verificam o modelo alternativo de demonstração (declaração equivalente), o que remete à necessidade de verificação independente complementar para que, num contexto de Mercado Único, garantam a confiança dos desempenhos declarados. Da experiência adquirida com esta iniciativa ECOPOL concluiu que fica patente o espaço existente (mercado UE) para: (1) a disponibilização de informação de suporte ao comprador público em formato comum, harmonizado e simplificado; (2) a multiplicidade de vias de demonstração de conformidade que requerem desenvolvimentos para comparabilidade; (3) a oportunidade de reforçar a orientação dos critérios ecológicos da UE para a eficiência material.

Em representação de **Hildegund Mötzl**, **Sascha Flesch** introduziu a plataforma *baubook* como uma ferramenta de suporte a aquisições ecológicas da construção que tem tido resultados importantes de contributo à harmonização de critérios ecológicos em uso na Áustria. Com governança e funcionalidade assentes em base de informação para construção e renovação sustentável integrada em sistema de compras amigas do ambiente, para além da informação detalhada sobre o desempenho ambiental de produtos da construção (certificados de

[5] http://www.lidera.info/
[6] http://www.zerowin.eu/
[7] http://ec.europa.eu/environment/gpp/eu_gpp_criteria_en.htm

desempenho energético associados a indicadores de análise de ciclo de vida do produto (LCA) / edifício (por elemento) de projeto) e de critérios (e.g., limitação de VOC's) / comprovativos (e.g., rótulos ecológicos), disponibiliza às entidades públicas serviços de harmonização de critérios ecológicos (revisão/atualização) e suporta a seleção dos produtos a comprar (cálculo para opções sustentáveis de construção). O uso de LCA simplificado, ferramenta disponibilizada pela plataforma, é amplamente utilizado como critério ecológico em subsídios para edifícios residenciais e como ferramentas de avaliação edifício. A plataforma, com cerca de 40.000 visitantes por semana, permite o registo de produtos (e obtenção de respetiva declaração) pela cobrança duma taxa que varia entre 15€ e 60€. Um dos constrangimentos encontrados para o desenvolvimento da sua ligação ao repositório ECOPOL (em tempo do projeto) foi o facto de esta plataforma estar em alemão. Os módulos 'concurso público' e 'cálculo LCA' ficarão disponíveis em inglês durante 2014. A oportunidade fica aberta.

Cristina Rocha introduziu à assembleia a importância económica que o ecodesign pode desempenhar no desenvolvimento de produtos, como ferramenta que pode ser utilizada para a minimização sistemática dos impactes ambientais dos produtos ao longo do ciclo de vida (estimada em 70-80%). Baseando-se na experiência Portuguesa com o projeto INEDIC – *Innovation and Ecodesign in the Ceramic Industry*, parceria transeuropeia que visou estruturar conhecimento de suporte às empresas cerâmicas (e designers) para adoção de estratégias no desenvolvimento de produtos competitivos através da aplicação do ecodesign, evidenciou o papel esperado do Manual Ecodesign produzido (2011) como material de formação (e suscitação de inovação e diferenciação) destinado à transferência da metodologia sequencial desenvolvida (adaptável à realidade de desenvolvimento de produto / gestão ambiental existentes) para a definição de estratégias empresariais de ecodesign. Suportado em ferramentas práticas de implementação, este manual está ainda dotado de bases de dados (materiais e tecnologias) para alguns produtos do setor cerâmico (louça utilitária e decorativa, tijolos e telhas, louça sanitária, pavimentos e revestimentos), bem como de um programa de formação de formadores. O conjunto destes materiais de formação foi testado em 10 projetos demonstradores, dos quais resultaram em Portugal 2 novos produtos: ladrilhos ecotech[8] Revigrés (um dos produtos incluídos no repositório ECOPOL) e porcelanas *minimum* Costa Verde[9]. O projeto focou-se na melhoria da oferta (competências e ecoeficiência) e não trabalhou a sua potencial ligação com a procura ecológica. A comunicação do perfil ambiental do produto é importante no contexto empresarial mas, reconhece, o estímulo à procura é necessário.

Carl Dalhammar introduziu os pressupostos e resultados do programa top-runner japonês com vista a lançar a reflexão sobre formas de melhorar a aplicação da diretiva ecodesign, nomeadamente a edifícios. Detalhando a estrutura de aplicação destes dois instrumentos de política (orientados à eficiência energética), realça que a sua aplicação por diferentes vias (top-runner/normas padrão, diretiva ecodesign/LLCC - *least life cycle costs*) resulta em níveis de resposta de eficiência dos produtos que se sobrepõem, se bem que o modelo Top Runner transmita uma mensagem mais clara ao mercado. Recorrendo do trabalho desenvolvido por

[8] http://www.revigres.com/index.php?id=2767&dt=3977
[9] http://www.youtube.com/watch?v=K915wYX8Qik

Siderius e Nakagami, foca a dificuldade em eleger um dos modelos de definição de normas (Japão *vs* UE) e aponta vantagens na adoção pela UE do top-runner como *benchmark* e a aplicação do conceito "curvas de aprendizagem" no LLCC/diretiva ecodesign para o estabelecimento de normas mais rigorosas na UE (ganho no fator tempo). Frisou que existem suficientes normas UE a precisar de ganho de escala (dimensão), recomendando que a definição de requisitos seja feita perspetivando vários níveis para o futuro e usando pontos de controlo para prosseguir, numa lógica de *policy mix* já em aplicação a nível UE para a política de produto mas a necessitar de solidez na sua articulação. Pretendendo a política europeia para as compras públicas ecológicas (GPP) agir na criação de mercados, a possibilidade de ser usada como tal exige um processo de elaboração de critérios coordenado (normas legais e co-rotulagem) para garantir uma melhor combinação de políticas (melhor desempenho) e, assim, poder servir de referencial (benchmark) para promover soluções mais progressistas que as hoje praticadas no mercado (eco-inovadoras). Tomando como exemplo 'componentes de edifícios' já regulamentadas/previstas na diretiva ecodesign (janelas, iluminação, caldeiras, produtos relacionados com a água, medidores inteligentes, isolamento, iluminação e reguladores de aquecimento), sinaliza a necessidade de coordenação com 'normas e métodos' de outras directivas relevantes para a eficiência energética do setor da construção (e.g., serviços de energia (ESD), eficiência energética (EED) e desempenho energético dos edifícios (EPBD)), bem como entre rotulagens (ecológica e energética). Vê contudo oportunidade de atuação *policy mix* por aplicação de instrumentos já existentes ao nível do edifício como um sistema, ou seja: requisitos mínimos via EPBD, implementação via instrumentos de mercado (ESD, EED, vales, certificados de comercialização (TWCs), subsídios para renovação, taxas, etc.), ganho de escala via instrumentos voluntários (GPP & LCC, empresas de serviços de conservação de energia (ESCOs), rótulos ecológicos, etc.) e progressão para produtos e tecnologias futuras via investimento estratégico (compras públicas tecnológicas, demonstradores, I&D). Concluiu sinalizando o potencial de sinergias a desenvolver com as normas ambientais existentes para a construção da abordagem alargada ao produto (o edifício), nomeadamente em matéria de reciclados, considerando contudo ser preferível perspectivá-lo a longo prazo uma vez que algumas barreiras ainda existentes (lacunas de dados/indicadores, conflitos entre os aspectos ambientais, necessidade de inovação & definir normas & medidas na cadeia de abastecimento, viabilidade de mercado) recomendam pesquisa que examine esse potencial.

Paula Trindade enquadrou o conceito de compras eco-inovadoras a partir dos conceitos em uso de compras ecológicas (com considerações ambientais) e compras sustentáveis (com considerações ambientais e sociais). Reconhecendo o papel potencial das compras públicas ecológicas (CPE - 18-19% do PIB anual da UE), sinalizou as colaborações que tem vindo a desenvolver em contributo à Estratégia Nacional de Compras Públicas Ecológicas e a evolução que gradualmente a matéria tem sofrido para compras sustentáveis. Destacando o projeto Builing-SPP (pela troca de boas-práticas promove o desenvolvimento de critérios ambientais/sociais com o envolvimento do mercado) como exemplo da evolução natural que é esperado que a abordagem que tem sido exercida para CPE progrida para compras públicas sustentáveis (CPS), sinalizou o potencial esperado advir de compras pré-comerciais (CPC - compras de I&D: design, protótipo, produtos/serviços teste) e de compras públicas de soluções

inovadoras (CPI – compras de inovação: *upgrade* de produtos comerciais, novos produtos/serviços) para, sobre as bases CPE/CPS, contribua para compras eco-inovadoras (de maior exigência, maior tempo de preparação e maior potencial de mudança). Enquadrando o 'endereçamento do mercado' como elemento-chave do modelo ECOPOL para CPE que estimulem a eco-inovação, ilustrou-o através do resultado português obtido no âmbito do projeto SMART-SPP (projeto piloto Cascais para iluminação pública LED) como a experiência portuguesa em compras eco-inovadoras.

Kajsa Winnes explorou o papel que a abordagem inferida pela necessidade de deslocação do grupo de Análise de Sistemas da SP - Instituto de Investigação Técnica da Suécia (espaço de escritório de 900 m^2) teve para a obtenção de um escritório de elevados padrões (ergonomia & estética e uso eficiente dos recursos) e o ensaio de um novo processo de compra na instituição (design baseado nas necessidades, diálogo aprofundado sobre a sustentabilidade) inspirador de replicações. Com o propósito de utilizar os contratos públicos para promover produtos e produção sustentáveis na indústria mobiliária (mobiliário de escritório em segunda-mão) depararam-se com uma série de incertezas quanto à qualidade da oferta pretendida, recorrendo a suporte estratégico de especialista (consultor de design industrial) para elaboração de estudo de viabilidade (mercado de segunda-mão; necessidades das funções administrativas; preferências das pessoas na organização do seu local de trabalho), o qual identificou três necessidades-chave: mais espaço (criar condições para processo criativo e ambiente dinâmico); solução local de trabalho flexível (reduzir espaços não ocupados em permanência); re-uso (mercado suficiente para as necessidades). Para dar resposta a estas recomendações, a SP (sob um regime de compras via acordos-quadro) deparou-se com dificuldades em poder, no quadro do processo de compra em uso, optar pelas vias alternativas de compra identificadas (diferentes fornecedores, leilões na Internet e sites de comércio), pelo que iniciou procura do fornecimento desejado junto dos fornecedores acordo-quadro, incluindo em diálogo aprofundado, sem sucesso. O desafio de prosseguir com o objetivo foi, então, conseguido pelo apoio da iniciativa pela gestão de topo de SP para partilha de risco (aquisição de inovação ao consultor) entre diferentes departamentos (realocação de custos) com base nos seguintes resultados esperados: (1) Reforço da marca SP para ser usada em *marketing* ambiental e de sustentabilidade. (2) Replicabilidade (dentro da SP e como oferta de serviços). (3) Potencial de redução de custos a longo prazo. Concluiu com ilustração do sucesso dos resultados, alertando para os principais fatores de sucesso do projeto (forte visão do que se queria alcançar, exaustiva análise de necessidades, visualização da solução) e para que, em caso de interesse de replicação, deve ser garantido que a aplicação desta metodologia é igualmente boa a quem se destina (análise de necessidades, envolvimento precoce do utilizador, avaliação e ajustes).

Todos os participantes foram documentados com um resumo alargado de cada apresentação (ver anexo) e as respectivas apresentações encontram-se acessíveis em http://www.adi.pt e http://www.apambiente.pt.

Parte B – Tarde

Os trabalhos desta sessão foram presididos por Luís Ferreira, da AdI, e constaram de duas partes:

- Um **1º período** para debate em grupos de trabalho focados em 3 áreas temáticas ("Orientações para uma maior eficiência das compras públicas sustentáveis", "Eficiência dos critérios de selecção para as compras públicas ecológicas", "Como estimular um mercado de oferta sustentável na fileira Habitat") e em boas práticas identificadas pelo ECOPOL;
- Um **2º período** para discutir em mesa redonda, acertos de conclusões e produção de recomendações.

Durante o **primeiro período**, as discussões em cada grupo de trabalho foram dinamizadas por um moderador e um relator em torno das questões previamente formuladas e disponibilizadas aos participantes, com gestão colaborativa do debate proporcionado para cada um delas, o que permitiu reunir registos individuais e ideias-chave por temática. Terminado este período, cada moderador e relator prepararam um resumo do conjunto de conclusões que foram sendo construídas, como produto das discussões. No **segundo período** estas conclusões foram apresentadas por cada uma das equipas de moderador/relator aos participantes, descrevendo sumariamente por tema "O que existe", "O que falta fazer" e "Como fazer", e alargando a discussão a todos os intervenientes de modo a que pudessem comentar e fazer sugestões. Na sequência das conclusões apuradas, foi validado com os participantes, a pertinência de um conjunto de onze propostas de recomendações para políticas de consumo eficiente com vista a estimular eco-inovação (ver secção de "Conclusões" e "Recomendações").

Conclusões

Em resultado das discussões ocorridas durante as partes A e B do *Workshop*, foi consolidado um conjunto de conclusões organizadas pelos objetivos (ver anexo) e que permitem gerar recomendações que este *Workshop* se propunha contribuir para o ECOPOL-PT.

Objetivo 1. Discutir o que qualifica uma oferta sustentável de produtos & serviços da fileira habitat em Portugal e, em particular, como contribuem para os motores da eficiência material da nossa economia

A nível nacional não há um quadro de referência que qualifique, hoje, uma oferta sustentável de produtos & serviços da fileira habitat. Existem muitos sistemas de qualificação ambiental/ rótulos a nível mundial, não existindo a quantificação da sua implementação nem a clarificação sobre o que os diferencia e as suas ligações (parâmetros de diferentes rótulos consideram diferentes métodos e mesmo diferentes parâmetros). Por outro lado existem ações de *lobby* que influenciam os limites exigidos nos rótulos (ou outros instrumentos) para abranger apenas alguns mercados, tornando-se por vezes demasiado exigentes para os produtos nacionais e dificultando a sua internacionalização.

Continua a verificar-se a existência de lacunas ao nível dos parâmetros/indicadores de diferentes rótulos e sistemas de certificação, os quais deverão procurar ter bases comuns em termos metodológicos e de abrangências, de forma a serem úteis para CPE. Os vários sistemas de certificação deviam ser integrados de forma a poder ter-se perceção da real vantagem (em toda a cadeia de valor) da utilização de um produto ou serviço qualificado como sustentável, e desenhados de forma a privilegiar, sempre que possível, a existência conjunta de vários sistemas de etiquetagem e, sempre que necessário, o acolhimento de novos sistemas de produtos ainda não cobertos por normas, regulamentos, etc. Tal requer a promoção duma harmonização entre sistemas de certificação e etiquetagem em que sejam procuradas sinergias, de entre os existentes, que tenham em consideração o desempenho do produto/serviço e dos seus impactes ao longo do ciclo de vida, e cuja qualificação seja traduzível através de rótulos simplificados.

Considerando que a oferta da fileira habitat é já orientada a necessidades de eco-inovação, que há necessidade de mercado internacional para permitir dimensão para eco-inovadores e o significado do potencial de desmaterialização que a fileira pode representar no contexto nacional[10], a desarmonização nas referências para a diferenciação da oferta sustentável, muitas vezes com origem nas normas europeias, foi identificada como barreira uma vez que dificulta uma abordagem ao desempenho do produto/serviço (baseada no ciclo de vida e fundamentada em dados reais) que, por comparável à escala europeia (ou internacional), pudesse constituir-se como estratégica para a definição de objetivos de melhoria e inovação nas empresas resultando, por essa via, em contributo útil da fileira para a eficiência material da economia Portuguesa. Também há necessidade de influenciar a definição dos critérios de sustentabilidade, ou seja de contribuir para uma definição independente de critérios em

[10] Ver Relatório Final de Workshop ECOPOL "Eco-inovação e a utilização eficiente de recursos na indústria Portuguesa"

processo que permita ponderar a adequabilidade dos limites exigidos nos rótulos (ou outros instrumentos) face aos produtos nacionais.

Como produtos nacionais eco-inovadores da fileira mais bem posicionados para internacionalização foram sinalizados os de produção com produtos naturais de base nacional (ex: cortiça), os que utilizam materiais e técnicas tradicionais de uma forma inovadora, tanto nas características dos produtos como nos métodos de produção (ex: produtos cerâmicos, nomeadamente pavimentos), bem como os que incorporem reciclados e contribuam para a redução do consumo de matérias-primas e de energia. Complementarmente foi refletido o papel que os produtos com rótulo ecológico da UE (REUE) deveriam ganhar como opções prioritárias de suporte à internacionalização quando se constata que, neste momento, não existe nenhuma empresa nacional da fileira detentora deste rótulo (por exemplo, os critérios REUE para emissões gasosas são barreira para os produtos cerâmicos nacionais).

Foi possível concluir que todos os sistemas certificados de qualificação de produtos & serviços sustentáveis, apesar da sua pulverização, podem constituir elementos importantes para aumentar a eficiência nos critérios de seleção para as compras públicas ecológicas, se possível harmonizados, desde que disponibilizados através de plataformas/repositórios tipo baubook, assegurando, no processo de qualificação/certificação, maleabilidade na aplicação e com metodologias que inspirem confiança.

Objetivo 2. Discutir a efectividade das práticas em Portugal de promoção da sustentabilidade da oferta e da eficiência do consumo, da contribuição das compras públicas no sentido da eco-inovação, nomeadamente, na fileira Habitat (obras públicas e materiais afins)

A discussão sobre práticas que em Portugal promovem a oferta sustentável centrou-se especialmente nas práticas ancoradas nos Acordos Quadro (AQ) do Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) e da Central de Compras da Área Metropolitana de Lisboa (CCAML)[11]. A não suficiência do atual modelo SNCP e de programas em execução (ECO.AP, POLIS, Parque Escolar, entre outros) para a promoção de compras de eco-inovação foi identificada, bem como um conjunto de iniciativas-chave necessárias para o seu impulso, ou seja:

1. Criação de incentivos fiscais para produtos/serviços/obras inovadores;
2. Criação de projetos, processos de contratação e parcerias que permitam dinamizar as compras de produtos eco inovadores;
3. Disponibilização de plataformas com informação clara e esclarecedora sobre o desempenho dos produtos eco inovadores;
4. Partilha de risco entre parceiros, fornecedores e compradores, etc.
5. Inclusão de mecanismos de promoção por opções de eco-inovação em processos de contratação pública em programas deste género.

Não visando os atuais AQ produtos & serviços da fileira habitat, o grau de liberdade do comprador público neste âmbito é total e, habitualmente, as suas opções de aquisição não

[11] Código dos Contratos Públicos/ SNCP com 15 AQ para produtos e serviços (Serviço móvel terrestre, Combustíveis rodoviários, Higiene e limpeza, Mobiliário, Vigilância e segurança, Serviços de comunicações de voz e dados em local fixo, Refeições confecionadas, Papel, economato e consumíveis de impressão, Cópia e impressão, Equipamento informático, Veículos elétricos, Viagens e alojamentos Eletricidade, Veículos automóveis e motociclos, Prestação de serviços de consultadoria, desenvolvimento e manutenção de Software); CCAML com 3 AQ (Combustíveis, Comunicações e Papel).

ponderam a utilização de produtos inovadores ou de baixo impacte ambiental e restringem-se a uma oferta atual do mercado que responda aos constrangimentos orçamentais, isto é ao menor preço. Na seleção de fornecedores para os AQ, e subsequentes procedimentos, o SNCP devia contemplar critérios ambientais por níveis de exigência (desempenho do produto), substituir o critério de adjudicação do mais baixo preço pelo da proposta economicamente mais vantajosa no ciclo de vida e divulgar resultados dos correspondentes desempenhos e custos (fornecedores e produtos/serviços/obras) que promovessem replicação de boas experiências. Tal obrigará à acomodação de alterações das regras em uso pela contratação pública, que induzem a adoção de procedimentos concursais limitativos duma escolha por produtos/serviços com desempenhos mais adequados aos objetivos de sustentabilidade e/ou eco-inovação.

Dado o atual panorama económico os AQ, como *mainstream*, deveriam considerar critérios ambientais obrigatórios que melhor contribuíssem para metas nacionais de redução da energia, água ou materiais, remetendo a diferenciação da oferta aos critérios acessórios (10 ou 20 % do valor da oferta). O desenvolvimento de soluções eco-inovadoras para resposta a uma procura mais estratégica deve, contudo, assentar em partilha de risco entre oferta e procura e numa comunicação mais efetiva (plataformas, fóruns...) para a apresentação e validação dessas mesmas soluções.

Objetivo 3. Discutir as orientações para compras públicas para um consumo sustentável, os critérios de seleção das compras públicas ecológicas e ainda como estimular um mercado para uma oferta sustentável

As compras públicas não são identificadas pela oferta como fomento de orientação à sua qualificação, tendo sido mesmo sinalizado que o excesso de regulamentação aplicado nos atuais cadernos de encargos é elemento condicionador à penetração da oferta eco-inovadora. Se em alguns casos as principais limitações à eco-inovação não decorrem de especificações dos cadernos de encargos mas essencialmente dos procedimentos adotados nos concursos (nos termos da legislação), outros há em que são as especificações que limitam a penetração de um determinado produto/serviço por não cumprimento de um determinado requisito e impedem a apresentação de soluções alternativas.

Foi vivamente recomendada a elaboração de cadernos de encargos funcionais, que descrevam objetos (objetivo a alcançar e a qualidade que a solução deve apresentar) e eliminem prescrições limitativas ao nível da conceção (prescrições que apontem para soluções e/ou descrevam processos tecnológicos de aplicação de soluções) e promovam uma maior integração e atualização das especialidades na fase de projeto, abrindo espaço à valorização do mérito da oferta qualificada de eco-inovação e facilitem as compras públicas de produtos & serviços ecológicos.

Foi possível concluir que:

- se revela necessário elaborar cadernos de encargos funcionais, assegurar um maior diálogo entre a oferta e os compradores públicos, promover uma maior clareza e sustentação nos processos de seleção, assegurar um alinhamento da oferta/procura numa perspetiva ecológica, promover a informação e divulgação dos produtos ecológicos

de modo a aproximar uma procura que se deseja orientada para esses produtos, o reforço da qualificação dos compradores assegurando as competências necessárias, e uma maior adequação e clareza técnica na normalização e regulamentação adotadas.

- é necessário implementar mecanismos eficientes de informação dos consumidores e projetistas (plataformas com informação clara e esclarecedora sobre o desempenho dos produtos eco-inovadores), facilitar as compras públicas neste âmbito através de alterações legislativas para eliminar limitações à eco-inovação (incluindo a responsabilização das equipas de projeto até ao fim da execução e no início de utilização, criação de um código de construção e elaboração de C.E. com exigências funcionais e não prescritivas), criar instrumentos financeiros de apoio para promoção de ferramentas facilitadoras e para a obtenção de rótulos ambientais.

Objetivo 4. Avaliar o interesse de práticas do ECOPOL e a oportunidade de preencher as lacunas em Portugal, nesta matéria

No âmbito do *Workshop* foi aprofundada a análise de três boas práticas identificadas no Projeto ECOPOL com incidência no domínio das aquisições ecológicas, de *policy mix* de produto e de inovação em compras públicas, respetivamente a plataforma *baubook*, a diretiva Ecodesign e o projeto SP.

Um repositório tipo ***baubook*** (soluções baseadas no desempenho) poderá constituir uma referência de boa prática com aplicabilidade a Portugal, por razões que se prendem tanto com o facto de promover a harmonização por parte de entidades públicas na aplicação de critérios ecológicos de construção com suporte em LCA simplificado devidamente reconhecido, como de poder ser um instrumento fundamental para ultrapassar a necessidade de produzir informação confiável orientada ao público em geral (consumidores) que integre os vários rótulos ecológicos em uso. Contudo há ainda barreiras e limitações a eliminar antes de ser possível adotar prática semelhante que se prendem com a necessidade de produzir informação técnico-científica sobre as bases comuns em termos metodológicos e de abrangências para os parâmetros/indicadores dos diferentes rótulos e sistemas de certificação úteis para CPE que permitam criar sinergias quanto a desempenho do produto/serviço e dos seus impactes ao longo do ciclo de vida. A associação desta ferramenta ao ECO.AP como via de operacionalização do trabalho iniciado a nível nacional com o repositório ECOPOL, posta à discussão, obrigaria à revisão daquele programa uma vez que este não está formatado para acolher as CPE. Construir um repositório da oferta eco-inovadora para resposta a compras públicas ligado a uma política de reabilitação urbana foi considerado poder ganhar papel mobilizador do desempenho dos agentes no mercado.

Relativamente ao papel dum instrumento política tipo modelo top-runner japonês que reforce o efeito da diretiva ***Ecodesign*** no aumento no mercado dos produtos ecológicos da construção, não colheu a matéria o interesse de discussão no Workshop uma vez que, para a dimensão do mercado nacional da fileira habitat, não há lugar a uma ação unilateral (nacional) enquanto esta não tiver consenso a nível europeu (mercado internacional).

A **experiência SP** de um escritório sustentável, iniciativa inovadora de nível organizacional e de sucesso face à contratação pública habitual, teria em Portugal potencial de mobilizar as

organizações públicas na dinamização das compras ecológicas promovendo a inovação e a criação de novos bens e serviços de melhor desempenho ambiental. A sua replicação parece estar tão só dependente do interesse de uma organização em o promover. Contudo, face à atual prática de compras públicas nacionais, afigura-se necessário um maior compromisso da gestão de topo para a sustentabilidade das organizações e o desenvolvimento de plataformas de informação (sites, bases de dados), de onde constem casos práticos reais que orientem as entidades no sentido das melhores práticas para as compras eco-inovadoras e estimulem modelos de busca e identificação de soluções de oferta, em partilha com especialistas como é o exemplo da boa prática em análise do projeto Parceria sueco[12]. Tal conduziria à alteração do paradigma SNCP, o que faz pressupor a necessidade de iniciativa de política pública de nível nacional ou regional que promova experiências deste género e, em paralelo, crie condições de acesso a verbas que suportem os potenciais investimentos adicionais (riscos) e de estímulo à investigação e desenvolvimento de novos produtos que venham a ser identificados como necessidade.

Objetivo 5. Analisar o eventual conflito entre práticas que promovem o aumento da oferta e da procura em produtos eco-inovadores da fileira habitat e a sua recetividade no âmbito do enquadramento legal e normativo aplicável

Existe uma oferta disponível da fileira habitat para investimento em I&D desde que seja visível o retorno. Contudo existe, ao mesmo tempo, um desconhecimento dos sistemas de certificação existentes e que os interesses económicos da oferta sobrepõem-se aos objetivos da eco-inovação. A falta de foco em cadernos de encargos funcionais e a falta de diálogo entre a oferta e os compradores públicos não contribuem para inverter este estado.

Há necessidade de desenvolver instrumentos de comunicação sobre desempenho de produtos /serviços/obras e de partilha de risco entre oferta e procura, tendo em conta o custo do ciclo de vida, e integrar outro tipo de instrumentos nos critérios de compras públicas (diretiva ecodesign, DAP, rótulos ambientais) que crie um sistema de regulação que assegure a definição de critérios de compra a partir destes instrumentos e agregue os requisitos da oferta, utilizando ferramentas que ponderem as informações relevantes dispersas nos sistemas. Como exemplo de conflito a ultrapassar é a necessidade de clarificar que produtos que incorporam reciclados não são resíduos (aplicar o fim de estatuto de resíduo) e evitar criar normas de produto específicas para produtos que incorporem matérias-primas secundárias/reciclados desde que existam normas gerais de produto com a mesma função.

É importante assegurar uma continuidade dos sistemas de incentivos que permita desenvolver estratégias de eco inovação enquadradas numa política pública, e desenvolver mecanismos financeiros, fiscais e outros apoios que potenciem a internacionalização de produtos/serviços eco-inovadores.

Objetivo 6. Produzir um conjunto de recomendações para o ECOPOL, no âmbito da atividade do grupo de trabalho (GT) Português de "Compras Públicas Ecológicas", através da tarefa do projecto "Preparação de implementações conjuntas de instrumentos do lado da procura"

O último objetivo deste *Workshop* era produzir recomendações para o ECOPOL, com base nas conclusões obtidas através das discussões desenvolvidas pelo grupo de participantes.

[12] http://www.ncc.se/en/products-and-services/partnering/

Desta forma apresenta-se na secção de “Recomendações”, um conjunto de onze propostas de recomendações para políticas de consumo eficiente com vista a estimular eco-inovação, cujo nível de endereçamento foi considerado pertinente dirigir diferenciadamente a, *“Decisores e gestores das políticas a nível nacional ou Comissão Europeia”, “Eco-inovadores e diretores de “clusters” e a ”Educadores e investigadores”.*

Recomendações

1 - **Validar a necessidade de um instrumento estratégico para compras públicas, que contribua de forma concertada para o alcance das metas ambiente/inovação em planos e programas específicos existentes, bem como para dar sinais ao mercado e posicionar os fornecedores. Deve ser difundida por todos os atores e monitorizada.**

- **Desenvolver mecanismos de financiamento e de incentivos (fiscais e outros aplicáveis) que possam promover as compras para a eco-inovação em áreas estratégicas para Portugal.**

Considera-se essencial que a existência dum instrumento estratégico, do tipo Estratégia Nacional de Compras Públicas Ecológicas (ENCPE), sirva não só ao alcance de metas genéricas induzidas pelo quadro de políticas UE mas seja desenvolvido com vista a uma atuação consolidada da procura pública que, em modelo harmonizado quanto aos requisitos para produtos & serviços a adquirir e transparente quanto aos resultados, estimule o desenvolvimento dum mercado ecológico nacional cujo mérito permita posicioná-lo com competitividade no contexto internacional, no mínimo no contexto europeu.

Esta recomendação é dirigida a decisores e gestores das políticas públicas a nível nacional.

2 - **Fazer evoluir o atual Sistema Nacional de Compras Públicas e do Código de Contratos Públicos (CCP), no sentido de fomentar as compras públicas de inovação (CPI).**

O desafio da eficácia da compra como contributo para as políticas da sustentabilidade é tomado como missão da procura pública. Há necessidade de eliminar barreiras atualmente existentes no SNCP (modelos de compras) e no CPP (prescrições) à opção por compras de inovação que se apresentem com soluções promissoras de elevado ganho de resposta às necessidades de compras postas a concurso. O SNCP deve promover redes de partilha com especialistas e ensaiar modelos de partilha de risco com fornecedores.

Esta recomendação é dirigida a decisores e gestores das políticas públicas a nível nacional.

3 - **Desenvolver ferramentas de suporte ao comprador público para decisão na opção (técnico-financeira) por uma compra pública ecológica (CPE) ou uma compra pública de inovação (CPI) face à compra tradicional, nomeadamente via revisão do ECO.AP e/ou estratégia nacional para a administração central e local para promover a sustentabilidade dos seus edifícios.**

Apesar das prescrições impostas pelo SNCP e pelo CCP, as organizações públicas ficam com margens de opção ao longo do processo de compra que, em geral, não usam. Por outro lado, alguns dos programas em execução não integram os critérios ecológicos CPE nas compras que executam (exceto quando se trata de compras ao abrigo de AQ que já os considerem e, mesmo assim, não exatamente os recomendados pela UE), ou não têm por

âmbito a totalidade das componentes ambiente no ciclo de vida (por ex. ECO.AP está focado na componente energia). Ferramentas de suporte à decisão técnica & financeira permitiriam introduzir nas organizações maior nível de envolvimento dos interessados no processo de compra (desde quem tem a necessidade até quem outorga a decisão de comprar), bem como identificar lacunas de competências para a decisão e estímulo à interação com quem as detém no quadro SNCP e/ou CCP com vista ao complemento de suporte. Estas ferramentas poderão ainda ser utilizadas a nível de estratégia de atuação harmonizada para CPE (ou CPI) pelas organizações integradas em determinado programa (por ex. ECO.AP).

Esta recomendação é dirigida a decisores e gestores das políticas públicas a nível nacional, e a educadores e investigadores.

4 - Criar e implementar mecanismos de partilha de risco entre oferta e procura nas compras públicas (ecológicas e de inovação).

Associado à implementação de boas práticas em compras públicas (ecológicas e de inovação), estão associadas necessidades de financiamento e de capacitação do sistema financeiro para reconhecer o valor de projetos de fornecimentos eco-inovadores, ou mesmo de compras de I&D. Para tal é necessário criar mecanismos de estímulo no mercado para que sejam desenvolvidos produtos e novos agentes financeiros dirigidos a esta área.

Esta recomendação é dirigida a decisores e gestores das políticas públicas, eco-inovadores e diretores de "clusters", a nível nacional e da Comissão Europeia.

5 - Desenvolver um sistema harmonizado de classificação de produtos & serviços da fileira habitat para resposta a CPE (para avaliação dos desempenho e impactes ao longo do ciclo de vida), promovendo sinergias (bases comuns de âmbito e metodológicas) entre sistemas de certificação (eco).

O desenvolvimento dum sistema de referência dos desempenhos exigidos pelas CPE nacionais para os produtos & serviços da fileira habitat, compatível com o quadro de referência da UE e orientado ao desenvolvimento local, requer aproximação de conceitos entre diferentes sistemas de certificação e plataformas de entendimento para a demonstração de conformidade da oferta.

A harmonização dos sistemas de classificação desses produtos (por exemplo, rótulo ecológico da UE, compras públicas ecológicas, declarações ambientais de produtos, …) é crucial à cotização da oferta verde em circulação no espaço europeu, devendo contribuir com evidências seguras e comparáveis que elevem o nível de confiança do consumidor nessa mesma oferta. Nesta harmonização, seria interessante o desenvolvimento de um sistema (simplificado do ponto de vista da comunicação, ex. escala de cores) de classificação do nível da intensidade de utilização de recursos que traduzisse a dimensão da "mochila ecológica" associada a bens e serviços funcionalmente comparáveis. Para o consumidor final para além de ser um indicador simplificado do "perfil" de um produto e da empresa que o fabrica face à concorrência, deverá também auxiliá-lo no processo de aquisição, nomeadamente na opção por produtos mais sustentáveis (ex. desmaterializados).

Esta recomendação é dirigida a decisores e gestores das políticas públicas, eco-inovadores e diretores de "clusters", a nível nacional e da Comissão Europeia, e a educadores e investigadores.

6 - Rever legislação para eliminação de prescrições limitativas das equipas de projeto em termos de eco-inovação e estimular o alargamento da responsabilidade da equipa de projeto até à fase de comissionamento da obra.

- **Adotar procedimentos de concurso público para produtos/serviços/obras que possibilitem uma real valorização dos critérios de qualidade, eficiência e eficácia e ainda otimizar o tempo e custo dos procedimentos, preferencialmente através da adoção do modelo de duas etapas complementares de seleção nos concursos públicos.**
- **Valorizar o mérito da oferta qualificada de eco-inovação na elaboração dos cadernos de encargos.**
- **Apelar à implementação de um Código da Construção que concilie a regulamentação existente e adote critérios qualitativos de performance do edificado abandonando as prescrições limitativas da atual regulamentação.**

O quadro legislativo para obras públicas não estimula o *design* de soluções para a sustentabilidade (ou de eco-inovação) por parte das equipas de projeto a concurso, nem a interação entre estas e os interessados (dono da obra ou futuros utentes). Tal facto associado à regra 'preço', em geral utilizada como fator determinante à decisão nos concursos públicos nacionais, e a modelos de responsabilização das equipas insuficientes, limitam à partida a apresentação de soluções inovadoras e o estímulo ao desenvolvimento de um mercado de oferta ecológica motivada para encontrar novas soluções de reduzido impacte ao longo do ciclo de vida da obra e responder por elas. A alteração do paradigma atualmente promovido pela legislação impõe-se, seguindo boas práticas sinalizadas e assumindo liderança no quadro de iniciativas de política em curso no quadro europeu.

Esta recomendação é dirigida a decisores e gestores das políticas públicas a nível nacional, eco-inovadores e diretores de "clusters", educadores e investigadores.

7 - Desenhar instrumento de suporte financeiro para promoção de ferramentas facilitadoras de compras públicas eficientes, contribuindo para a implementação do Compromisso para a Competitividade Sustentável do Setor da Construção e do Imobiliário/Estratégia de Reabilitação Urbana.

A capacidade da Administração Pública para alterar o paradigma compras (ecológicas e de inovação) no sentido de estimular a oferta está condicionada pela inexistência de ferramentas inovadoras de apoio à decisão. Os programas em execução potenciadores da adoção de boas práticas deste tipo de compras devem ser articulados com instrumentos de suporte financeiros, especificamente orientados ao desenvolvimento de ferramentas de suporte à decisão. Exemplos destas ferramentas poderão ter funções de nível organizacional, de diálogo com *stakeholders* ou de práticas do *design* para a sustentabilidade e eco-inovação.

Esta recomendação é dirigida a decisores e gestores das políticas a nível nacional, eco-inovadores e diretores de "clusters".

8 - **Criar instrumentos financeiros simplificados de suporte (técnico) às empresas orientados à obtenção de rótulos ambientais (simples e verificados por entidades/metodologias que inspirem confiança).**

Convictos de que as exigências aportadas pelos rótulos ambientais proporcionarão ao tecido empresarial nacional oportunidades de desenvolvimento, pretende-se que de forma criteriosa possam ser implementados programas de apoio à I&D&I empresarial para a sua obtenção., como forma de estimular a competitividade das empresas nacionais face a mercados internacionais e, simultaneamente, de aumentar a oferta ecológica nacional passível de dar resposta a fornecimentos CPE e, potencialmente, de CPI. Esta iniciativa contribuiria igualmente para a disseminação junto das empresas da fileira habitat dos rótulos ambientais como oportunidade de mercado.

Esta recomendação é dirigida a decisores e gestores das políticas a nível nacional, eco-inovadores e diretores de "clusters".

9 - **Criar instrumentos financeiros de apoio a projectos demonstradores de oferta eco-inovadora (e.g., novas soluções para materiais substitutos de matérias-primas críticas da fileira de materiais, aplicações de soluções existentes em novas funcionalidades, etc).**

Projetos demonstradores robustecem a decisão e, no caso de soluções para compras públicas, terão de envolver em simultâneo dois alvos: oferta e procura. Tanto as empresas, sobretudo as PME, como a Administração Pública têm recursos e competências muito limitados para se poderem dedicar à implementação de práticas ou alterarem os seus processos com vista a contribuírem com soluções mais eficientes. Instrumentos financeiros que suportem o desenvolvimento de projetos demonstradores permitiriam aos interessados reunir as necessárias competências externas e, assim, adquirir elementos de suporte às decisões de adoção de novas práticas.

Esta recomendação é dirigida a decisores e gestores das políticas públicas a nível nacional, eco-inovadores e diretores de "clusters".

10 - **Construir um repositório da oferta eco-inovadora para resposta a compras públicas. A oferta eco-inovadora deve ser efectuada com base em ferramentas de ciclo de vida que recorram a informação local.**

A transferência da boa prática *baubook* para o contexto nacional, potenciando a informação reunida pelo repositório ECOPOL e o alargamento à consideração de outros rótulos em uso em Portugal, é visto como a ferramenta que permitiria operacionalizar a nível do comprador (público ou privado) o melhor conhecimento sobre o desempenho dos produtos & serviços ecológicos da fileira habitat. Com a experiência reunida no âmbito do ECOPOL Portugal está em condições de, no quadro do SNCP/ENCPE, iniciar trabalhos para o desenvolvimento deste módulo e, oportunamente, influenciar a Comissão Europeia para a sua adoção no contexto CPE.

Esta recomendação é dirigida a decisores e gestores das políticas públicas, eco-inovadores e diretores de "clusters", a nível nacional e da Comissão Europeia.

11 - Promover a existência de fóruns idóneos partilhados entre a procura pública e a oferta (e.g. mecanismo para harmonização de uma procura orientada/critérios de compra compatível com a demonstração da oferta).

O ganho de confiança entre a oferta e a procura para os aspetos das compras públicas ecológicas ou de eco-inovação são fulcrais para levar esta temática à prática. A sensibilização e formação orientadas para a temática dos diversos agentes, em primeira análise os fabricantes & fornecedores de serviços e os oficiais de compras (públicas), são igualmente determinantes para a oportunidade nacional e internalização da prática. Deste modo torna-se necessário criar dinâmica institucional que garanta a difusão do conhecimento já reunido e a promoção da proximidade de atuação necessária à implementação de práticas de compras alternativas às compras tradicionais. Esta pretensão recomenda uma iniciativa pública de um fórum de *stakeholders* que tenha por missão a criação da dinâmica de debate necessário ao estímulo do aparecimento dos desejados fóruns múltiplos e partilhados.

Esta recomendação é dirigida a decisores e gestores das políticas públicas a nível nacional, eco-inovadores e diretores de "clusters", educadores e investigadores.

Quadro resumo: Articulação das conclusões com a proposta de recomendações

Objetivos do *Workshop*:	**Conclusões:**	**Recomendações:**
Objetivo 1. Discutir o que qualifica uma oferta sustentável de produtos & serviços da fileira habitat em Portugal e, em particular, como contribuem para os motores da eficiência material da nossa economia.	1- Existem lacunas ao nível dos parâmetros/indicadores de diferentes rótulos e sistemas de certificação, os quais deverão procurar ter bases comuns em termos metodológicos e de abrangências, de forma a serem úteis para CPE.	5
	2- A desarmonização nas referências para a diferenciação da oferta sustentável, muitas vezes com origem nas normas europeias, foi identificada como barreira ao potencial de desmaterialização da fileira habitat.	3, 5 e 8
	3- Há necessidade de influenciar a definição dos critérios de sustentabilidade, ou seja de contribuir para uma definição independente de critérios em processo que permita ponderar a adequabilidade dos limites exigidos nos rótulos (ou outros instrumentos) face aos produtos nacionais.	1 e 11
	4- Como produtos nacionais eco-inovadores da fileira mais bem posicionados para internacionalização foram sinalizados os de produção com produtos naturais de base nacional (ex: cortiça), os que utilizam materiais e técnicas tradicionais de uma forma inovadora, tanto nas características dos produtos como nos métodos de produção.	8
	5- Todos os sistemas certificados de qualificação de produtos & serviços sustentáveis, apesar da sua pulverização, podem constituir elementos importantes para aumentar a eficiência nos critérios de seleção para as compras públicas ecológicas, se possível harmonizados, desde que disponibilizados através de plataformas/repositórios tipo *baubook*, assegurando, no processo de qualificação/certificação, maleabilidade na aplicação e com metodologias que inspirem confiança.	5 e 10
Objetivo 2. Discutir a efetividade das práticas em Portugal de promoção da sustentabilidade da oferta e da eficiência do consumo, da contribuição das compras públicas no sentido da eco-inovação, nomeadamente, na fileira Habitat (obras públicas e materiais afins)	6- A não suficiência do atual modelo SNCP e de programas em execução (ECO.AP, POLIS, Parque Escolar, entre outros) para a promoção de compras de eco-inovação foi identificada.	2, 3 e 7
	7- Não visando os atuais AQ produtos & serviços da fileira habitat, o grau de liberdade do comprador público neste âmbito é total e, habitualmente, as suas opções de aquisição não ponderam a utilização de produtos inovadores ou de baixo impacte ambiental.	3 e 10
	8- Na seleção de fornecedores para os AQ, e subsequentes procedimentos, o SNCP devia contemplar critérios ambientais por níveis de exigência (desempenho do produto), substituir o critério de adjudicação do mais baixo preço pelo da proposta economicamente mais vantajosa no ciclo de vida e divulgar resultados dos correspondentes desempenhos e custos (fornecedores e produtos/serviços/obras) que promovessem replicação de boas experiências.	2, 7 e 11
	9- Haverá que evoluir nos instrumentos legais aplicáveis, atualmente impeditivos de recorrer a produtos/serviços com desempenhos mais adequados aos objetivos de sustentabilidade e/ou eco-inovação.	2 e 6
	10- O desenvolvimento de soluções eco-inovadoras para resposta a uma procura mais estratégica deve assentar em partilha de risco entre	1, 4 e 11

Objetivos do *Workshop*:	**Conclusões**:	**Recomendações**:
Objetivo 2. (cont.)	oferta e procura e numa comunicação mais efetiva (plataformas, fóruns...) para a apresentação e validação dessas mesmas soluções.	
Objetivo 3. Discutir as orientações para compras públicas para um consumo sustentável, os critérios de seleção das compras públicas ecológicas e ainda como estimular um mercado para uma oferta sustentável.	11- As compras públicas não são identificadas pela oferta como fomento de orientação à sua qualificação.	8
	12- Sinalizados excessos de regulamentação aplicados nos atuais cadernos de encargos como elemento condicionador à penetração da oferta eco-inovadora.	2, 6 e 11
	13- Necessário evoluir para cadernos de encargos funcionais, que descrevam objetos (objetivo a alcançar e a qualidade que a solução deve apresentar) e eliminem prescrições limitativas ao nível da conceção (prescrições que apontem para soluções e/ou descrevam processos tecnológicos de aplicação de soluções) e promovam uma maior integração e atualização das especialidades na fase de projeto, abrindo espaço à valorização do mérito da oferta qualificada de eco-inovação e facilitem as compras públicas de produtos & serviços ecológicos.	6 e 7
	14- Assegurar um maior diálogo entre a oferta e os compradores públicos, promover uma maior clareza e sustentação nos processos de seleção, assegurar um alinhamento da oferta/procura numa perspetiva ecológica.	2 e 11
	15- Promover a informação e divulgação dos produtos ecológicos de modo a aproximar uma procura que se deseja orientada para esses produtos, o reforço da qualificação dos compradores assegurando as competências necessárias, e uma maior adequação e clareza técnica na normalização e regulamentação adotadas.	2 e 10
	16- Implementar mecanismos eficientes de informação dos consumidores e projetistas (plataformas com informação clara e esclarecedora sobre o desempenho dos produtos eco-inovadores).	2, 7 e 10
	17- Criar instrumentos financeiros de apoio para promoção de ferramentas facilitadoras e para a obtenção de rótulos ambientais.	8
Objetivo 4. Avaliar o interesse de práticas do ECOPOL e a oportunidade de preencher as lacunas em Portugal, nesta matéria.	19- Um repositório tipo ***baubook*** (soluções baseadas no desempenho) poderá constituir uma referência de boa prática com aplicabilidade a Portugal. Há ainda barreiras e limitações a eliminar antes de ser possível adotar prática semelhante que se prendem com a necessidade de produzir informação técnico-científica sobre as bases comuns em termos metodológicos e de abrangências para os parâmetros/indicadores dos diferentes rótulos e sistemas de certificação úteis para CPE que permitam criar sinergias quanto a desempenho do produto/serviço e dos seus impactes ao longo do ciclo de vida.	5 e 10
	20- O ECO.AP não está formatado para acolher as CPE. Construir um repositório da oferta eco-inovadora para resposta a compras públicas ligado a uma política de reabilitação urbana foi considerado poder ganhar papel mobilizador do desempenho dos agentes no mercado.	7 e 10
	21- A **experiência SP** de um escritório sustentável teria em Portugal potencial de mobilizar as organizações públicas na dinamização das compras ecológicas promovendo a inovação e a criação de novos bens e serviços de melhor desempenho ambiental.	1, 7 e 9
Objetivo 5. Analisar	22- Existe uma oferta disponível da fileira habitat para investimento em I&D desde que seja visível o retorno.	9

Objetivos do *Workshop*:	**Conclusões**:	**Recomendações**:
o eventual conflito entre práticas que promovem o aumento da oferta e da procura em produtos eco-inovadores da fileira habitat e a sua receptividade no âmbito do enquadramento legal e normativo aplicável.	23- Existe um desconhecimento dos sistemas de certificação existentes por parte da fileira e os interesses económicos da oferta sobrepõem-se aos objetivos da eco-inovação.	2, 8 e 10
	24- É necessário desenvolver instrumentos de comunicação sobre desempenho de produtos /serviços/obras e de partilha de risco entre oferta e procura, tendo em conta o custo do ciclo de vida, e integrar outro tipo de instrumentos nos critérios de compras públicas.	1, 4 e 10
	25- Como exemplo de conflito a ultrapassar é a necessidade de clarificar que produtos que incorporam reciclados não são resíduos (aplicar o fim de estatuto de resíduo) e evitar criar normas de produto específicas para produtos que incorporem matérias-primas secundárias/reciclados desde que existam normas gerais de produto com a mesma função.	3 e 5
	26- Assegurar uma continuidade dos sistemas de incentivos que permitam desenvolver estratégias de eco inovação enquadradas numa política pública, e desenvolver mecanismos financeiros, fiscais e outros apoios que potenciem a internacionalização de produtos/serviços eco-inovadores.	4, 7, 8 e 9

Desenvolvimentos recentes

Este relatório do *Workshop* foi concluído cerca de um ano após a data da sua realização, por razões inerentes às operações do projeto. Esta seção pretende de alguma maneira introduzir informação relevante, ora suportada por desenvolvimentos da atividade do projeto ECOPOL, ora por iniciativas de nível nacional e Europeu que em data após o *Workshop* emergiram, na tentativa da equipa organizadora contribuir para o garante de uma leitura atual das conclusões e recomendações aqui apresentadas.

Dinâmicas nacionais

Em matéria de alinhamento de políticas e instrumentos com relevância para a temática, destacam-se as seguintes iniciativas do governo de Portugal, nomeadamente:

- Em Novembro de 2014 foi concluída a **Estratégia Nacional de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente** (ENEI)[13], parte integrante da estratégia multinível de Portugal e condicionalidade *ex ante* das prioridades de investimento público em investigação e inovação definidas pelo Acordo de Parceria. Nesta estratégia são indicadas políticas e medidas de política com vista a promover o desenvolvimento de políticas difusoras de "eco-inovação e ecoeficiência", nomeadamente pela aplicação das políticas de contexto em modos que favoreçam uma maior eficiência e eficácia do sistema e a utilização das compras públicas como instrumento de estímulo e apoio à inovação do lado da procura, bem como pelo desenvolvimento da economia digital e da promoção da cultura científica, tecnológica e industrial cuja implementação favorece o desenvolvimento das capacidades de I&D e de inovação.

- Em Setembro de 2014 foi iniciada a consulta pública do **Compromisso para o Crescimento Verde** (CCV)[14], que tem por visão fomentar em Portugal um crescimento económico verde, a alcançar pelo encontro de sinergias entre instrumentos em aplicação, por exemplo no alinhamento da ação dos planos e programas para a eficiência energética em curso (PNAER, PNAEE e ECO.AP)[15] e no reforço da reforma para a fiscalidade verde prevista para 2015[16], prevendo a promoção da eco-inovação como catalisador.

- Em Setembro de 2014, adoção do **Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos 2014-2020** (PERSU 2020)[17], que estabelece um conjunto de medidas para dar resposta à meta "Aumentar de 24 % para 50 % a taxa de preparação de resíduos para reutilização e reciclagem".

- Em 2014 foram também adotadas medidas de simplificação administrativa em normas de construção:
  - Alterações ao **Regime Excecional para a Reabilitação Urbana**, em vigor até 9 de abril de 2021, acompanhadas de disponibilização de Guia Prático destinado à sua melhor implementação[18];

[13] http://www.fct.pt/esp_inteligente/index.phtml.pt
[14] http://www.crescimentoverde.gov.pt/
[15] http://www.adene.pt/planos-e-programas
[16] https://dre.pt/application/file/66014833
[17] http://apambiente.pt/index.php?ref=16&subref=84&sub2ref=108&sub3ref=209
[18] http://www.portaldahabitacao.pt/pt/portal/reabilitacao/RERU/index.html

- Alterações ao **Regime Jurídico da Urbanização e Edificação**[19] que pretendem, a par com a nova Lei de Bases da Política de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo[20], operacionalizar a mudança de paradigma que tem como objetivo tornar a gestão dos solos, do ordenamento do território e do urbanismo mais eficiente e sustentável face aos desafios do desenvolvimento urbano nas novas dinâmicas do território, da economia e da sociedade.

- Em 2015 entrará em funcionamento o **eSPap Lab**[21], plataforma de partilha de ideias, boas práticas e novas soluções de produtos na área dos Serviços Partilhados e Compras Públicas que pretende promover a excelência operacional e para a dinamização de uma cultura de eficiência e de poupança na Administração Pública portuguesa.

Dinâmicas da União Europeia

Em matéria de alinhamento de políticas e instrumentos com incidência no consumo eficiente, com particular enfoque na eficiência material, destacam-se as seguintes iniciativas da COM, nomeadamente:

- O novo quadro da UE para contratação pública[22], conjunto diretivas de janeiro de 2014 e com dois anos para transposição pelos Estados-Membros, abre novas oportunidades para contratação pública ecológica e social[23] e para compras de inovação e pré-comerciais (PPI e PCP)[24]. Orientações para as autoridades públicas sobre Contratos Públicos da Inovação foram publicadas em 2014 pela Plataforma de Compras de Inovação (*Procurement of Innovation Platform*) [25].

- Regulamentos UE que complementam a implementação harmonizada do Regulamento dos Produtos de Construção[26], de fevereiro de 2014. Orientações sobre a aplicação das regras dos produtos da UE (*Blue Guide*) no âmbito da iniciativa Mercado Único[27], ainda sem inclusão dos produtos de construção.

A Comunicação "Oportunidades para ganhos de eficiência na utilização dos recursos no sector da construção"[28], de julho de 2014, onde a COM se propõe desenvolver um conjunto de *indicadores claramente definidos e quantificáveis para a avaliação do desempenho ambiental dos edifícios*, em conjunto com as *partes interessadas (em particular autoridades públicas, parceiros sociais, investidores, seguradoras, arquitetos, empreiteiros, empresas de demolição, fabricantes, empresas de reciclagem e prestadores de regimes de avaliação)* e, em paralelo, promover a otimização de *políticas UE para materiais reciclados*, em particular as relacionadas aos resíduos de construção e demolição (RCD).

---

[19] https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/2014/09/17300/0480904860.pdf
[20] https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/2014/05/10400/0298803003.pdf
[21] https://www.espap.pt/noticias/Paginas/noticia.aspx?nid=152
[22] http://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/HTML/?uri=OJ:L:2014:094:FULL&from=EN
[23] http://www.sustainable-procurement.org/newsroom/special-features/new-eu-procurement-directives-and-spp-opening-the-floodgates/
[24] http://www.innovation-procurement.org/about-ppi/legal-framework/
[25] http://www.innovation-procurement.org/about-ppi/guidance/
[26] http://ec.europa.eu/growth/sectors/construction/product-regulation/index_en.htm
[27] http://ec.europa.eu/growth/single-market/goods/index_en.htm
[28] http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52014DC0445&from=EN

- O Plano de Ação Verde para as PME (PAV) [29], de julho de 2014, fornece às PME orientações para transformar os desafios ambientais em oportunidades de negócio.

- A Comunicação "Para uma economia circular: programa para acabar com os resíduos na Europa"[30], de setembro de 2014, onde a COM defende que abordagens de *economia circular «eliminam» desde a conceção os resíduos e implicam inovação ao longo de toda a cadeia de valor, em lugar de assentarem unicamente em soluções para o fim da vida útil de um produto*, propondo-se desbloquear o investimento para esse fim, nomeadamente *com a preparação de orientações sobre as possibilidades oferecidas pelas novas diretivas relativas aos contratos públicos no domínio dos Contratos Públicos Ecológicos (CPE)* e no apoio a *instrumentos inovadores* (CPC, CPI e redes de compradores públicos).

Nota final

É nossa convicção que os resultados deste Workshop são da maior atualidade, podendo afirmar-se que no momento atual as iniciativas em curso, tanto na UE como no plano nacional, configuram um cenário mais promissor dos desafios em presença, estimando-se por isso que estas conclusões e recomendações no seu conjunto tenham uma maior oportunidade de acolhimento.

[29] http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52014DC0440&from=EN
[30] http://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:50edd1fd-01ec-11e4-831f-01aa75ed71a1.0021.03/DOC_1&format=PDF

Anexos

Os anexos a este relatório fazem parte de um documento destacado e designado “Anexo do Relatório WS “Eco-inovação e compras públicas em mercados da fileira Habitat” e constam dos seguintes itens:

- Anexo 1. Lista de participantes

- Anexo 2. Notas biográficas

- Anexo 3. Resumos alargados e apresentações

- Anexo 4. Conclusões dos grupos de trabalho

Apêndice

Em apêndice a este relatório apresenta-se o DSB do Workshop, em documento destacado.

ecopol

Accelerating eco-innovation policies